



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

ORALIZAÇÃO DOS SURDOS: UM RECORTE ACERCA DAS RELAÇÕES DE PODER

Bruna Helena Costa Leão*
Vitória Canto Suter Lins da Silva**
Gildete da Silva Amorim***

RESUMO: Este artigo tem por finalidade analisar e explicitar, através do documentário Travessia do Silêncio, como o senso comum intervém nas relações interna e externa da comunidade surda. Será abordado como o Congresso de Milão ainda interfere nessas relações e como se dão as relações de poder entre ouvintes e surdos através da oralização e da tentativa de “curar” e normalizar o indivíduo surdo, tratando sua condição de existência como patologia.

Palavras-chave: Oralização, Surdez, Poder, Relações.

ABSTRACT

This article has as its finality analysing and explaining, through the documentary "travessia do silêncio", how the common sense intervenes in the relationships of deaf community, internally and externally. It will be demonstrated how the Congress of Milan still intervenes in these interactions and in the power exchange between listeners and deaf people through the oralization, also the attempt of "healing" and normalizing the deaf person, treating their condition of existence as a pathology.

Keywords: Oralization, Deafness, Power, interactions.

*Discente de Serviço Social – UFF, bruna_helena98@hotmail.com

**Discente de Serviço Social – UFF, vitoria_canto@hotmail.com

***Docente de Libras – UFF, nuedis.uff@gmail.com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

INTRODUÇÃO

A partir de análise ao documentário “Travessia do Silêncio”, de Dorrit Harazim, aprofunda-se a preocupação no debate das relações de poder entre ouvintes e surdos que ecoa na sociedade através da não aceitação da LIBRAS e da cultura surda como uma comunidade.

Nota-se a partir dessa pesquisa como os ideais do Congresso de Milão repercutem ainda hoje, influenciando a sociedade e perpetuando uma ideia de que a forma de inclusão seria apenas com o surdo se adequando ao mundo ouvinte através da oralização, negando assim, as particularidades da cultura surda.

Dessa forma, evidencia-se que a discussão acerca do surdo ainda é escassa, mesmo depois da criação da Lei 10.436 de 2002, a qual reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação. Esta lei, relativamente nova, é um marco na garantia de direitos e na afirmação e preservação da identidade surda.

Considerando que cada período histórico tem seus desafios e, embora o surdo esteja ganhando maior visibilidade como sujeito de direitos, ainda há muito o que se fazer pela consolidação desses direitos.

Este artigo visa contextualizar a história dos surdos, e pautar as diferenças entre os termos comumente usados para definir sujeitos e/ou a comunidade surda. Aqui se problematizará a imposição da oralidade ao sujeito surdo e as relações de poder entre ouvintes e surdos intrínsecas a sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Historiadores definem os períodos da História a partir de 4000 a.C, onde todo período anterior a este é pré história, e posterior é dividido em: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Apesar das diversas problematizações sobre esta divisão - como, por exemplo, a história não ocorre da mesma forma em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

sociedades distintas apenas por existirem no mesmo período de tempo, além dessa divisão ser baseada na História da Europa, não correspondendo com o restante do mundo – mesmo com essas peculiaridades, os livros de história trazem essas divisões para situar o período a ser estudado.

Para compreender melhor a história dos surdos é preciso entender primeiramente a diferença entre surdo e deficiente auditivo, e posterior, de comunidade surda e povo surdo.

A surdez, habitualmente, é correlacionada à doença, incapacidade, “defeito”, a uma condição patológica daquele indivíduo que deve ser tratada e curada, seja por tratamentos fonoaudiólogos, próteses e métodos de oralização.

Ou seja, o surdo deve ser reabilitado, seu corpo o qual está danificado, deve ser normalizado, deve se encaixar no padrão ouvinte, sendo esta condição institucionalizada e medicalizada.

Desta forma, o engajamento social e o empoderamento que vem ocorrendo em volta da comunidade surda e da proteção da cultura surda, estabelece novas demandas sociais, auxiliando a condição de surdez a ser percebida como uma forma de existir.

Comumente é utilizado o termo “deficiente auditivo” – o que ocorre de forma equívoca, já que deficiente auditivo é caracterizado por aquele que não expressa uma identidade surda, reconhecendo as práticas culturais e não necessariamente inserido na LIBRAS . “Surdo” não é uma definição pejorativa, pelo contrário, é o termo mais utilizado pela comunidade surda (NAKAGAWA, 2011).

Tem-se por “povo surdo” o grupo de indivíduos que compartilham da linguagem, dos hábitos e dos valores culturais, e já “comunidade surda”, entende-se pelo grupo não só de surdos, mas de familiares, amigos, professores, interpretes e todos aqueles que compartilham em mesmo âmbito interesses e trocas de experiências (STROBEL, 2009).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

Congresso de Milão

Para situar alguns retrocessos da história da cultura surda é necessário fazer o recorte a partir do Congresso de Milão, que ocorreu em 1880 – deve-se levar em consideração que ocorreu após o Congresso de Veneza, de 1872, onde foi decidido que o meio de comunicação humano é oral, este tendo vantagens para o desenvolvimento do intelecto e da linguística, e o surdo, se ensinado, irá falar e fazer leitura labial.

Visto isso, entende-se o contexto histórico do Congresso de Milão, onde o comitê era constituído por ouvintes, aprovando o oralismo como melhor técnica para a educação dos surdos, perpetuando esta noção durante o final do século XIX e boa parte do século XX.

Após essa elucidação, podemos ver na história dos surdos uma divisão temporal em três fases, utilizando como referência o Congresso de Milão, o qual critica a alfabetização em libras e coroando pressupostos oralistas (NAKAGAWA,2011).

Na primeira fase, a Revelação Cultural, a maioria dos surdos dominava a escrita, sendo muitos deles sujeitos bem sucedidos nas mais diversas áreas de conhecimentos. O isolamento cultural é a segunda fase, a qual foi marcada pela proibição do acesso a língua de sinais na educação dos surdos em consequência ao Congresso de Milão. Nesse período, a comunidade surda resiste a oralização imposta pela sociedade. A partir dos anos 1960 ocorre a fase conhecida como o despertar cultural, que destaca a aceitação da cultura surda e da língua de sinais que fora oprimida tantos anos (WIDELL, 1992).

No Brasil, a Língua de Sinais ganhou espaço quando em 1857, Eduard Huet, um francês que ficou surdo aos doze anos veio ao Brasil a pedido de D. Pedro II para fundar o Imperial Instituto de Surdos Mudos, primeira escola para meninos surdos, atual INES -Instituto Nacional de Educação de Surdos (ROCHA,1997).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

Apesar disso, a Língua de Sinais nem sempre foi/é aceita, gerando muitos debates a cerca da educação e oralização de surdos.

Anos após o Congresso de Milão, ainda é possível identificar dificuldades de aceitação e inclusão dos surdos na sociedade, e não só de forma geral, mas no âmbito da família ainda existe resistência para inserção na comunidade de surdos, pois têm o entendimento que esses teriam que se adequar a cultura ouvinte por ser a “comum”, incentivando-os a não se comunicar através da libras e a não entrar na comunidade, dessa forma dificultando sua inclusão social, já que esse indivíduo não pertence ao universo do surdo nem do ouvinte.

Oralização como único e/ou principal meio de comunicação

O documentário “Travessia do Silêncio”, aborda diferentes olhares sobre a surdez, tanto de ouvintes como de próprios surdos. Com este documentário pode-se entender melhor as visões, os preconceitos e até mesmo as relações de poder existentes entre ouvintes e surdos.

No início do documentário apresenta-se o relato de um casal com dois filhos na primeira infância, ambos surdos, que desde constatado o estado de surdez, os pais preocupam-se em oralizá-los e em fazer implante coclear. A fala desses traz uma certa culpa por seus filhos terem nascido surdos. O segundo caso que chama atenção é o de dois irmãos (21 e 25 anos), surdos, estudantes e sonhadores. Ambos desde criança foram instruídos a oralidade, passando por fonoaudióloga e estudando em escola regular. Um dos irmãos, Valdo, tinha maior facilidade para se comunicar de forma oralizada, mas o seu irmão mais velho Auleo apresentava dificuldade e até algumas críticas a oralização. Auleo conta que quando criança, sua mãe o fazia falar e proibia de “gesticular”, passando pelo mesmo impasse na fonoaudióloga.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Em meados do filme, é apresentada a história de Esmeraldina e sua filha Samanta, 16 anos, que nasceu surda e desde bebê sua mãe a levava em médicos, que após uma série de exames, constataram que Samanta era surda e, diante do questionamento de Esmeraldina sobre o que fazer, não souberam dar o devido encaminhamento e esclarecimento sobre o que é/como é ser surdo. Apesar disso, Esmeraldina entende que é mais fácil para ela inserir-se no mundo de sua filha e compreender sua linguagem do que Samanta se inserir no mundo dos ouvintes.

Aos vinte e sete minutos de documentário, mostra-se a história de Pedro através de uma entrevista com ele e sua mãe Sônia. Pedro, surdo desde os 20 meses, por um erro médico, cresceu sendo oralizado e estudando em escola regular, onde sua mãe diz não existir motivo para aprender libras para se comunicar com seu filho, e em sua visão, o certo é seu filho se encaixar no mundo dos ouvintes, já que o mundo não irá mudar nem ser preparado para ele, e ele que deve se preparar para o mundo. Pedro, apesar de ser surdo, não se considera, inclusive não entendendo a existência do mundo do surdo como a gama de identidades e complexidades específicas presentes.

Após a história de Sônia e Pedro, “Travessia do Silêncio” traz a vivência de Stephan, cujo se encontra na mesma situação de Pedro: oralizado, sem incentivo familiar para o estudo de LIBRAS e não se enxergando como membro da comunidade surda.

Em ambos os casos percebe-se como a família é a principal norteadora de como esse indivíduo surdo será educado e se apresentará perante a sociedade, indicando o caminho que deve seguir e até mesmo o que deve pensar. Nesses casos, os jovens não se sentem integrantes da comunidade surda e um deles não possui interesse em aprender a língua de sinais. É evidente o preconceito por parte das mães, que tentam barrar o contato dos filhos com a língua de sinais e o universo surdo, em que uma delas ao contar que o filho namora uma surda, fala para ele não ter filhos surdos, pois já basta ele.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

Uma das maiores dificuldades perceptíveis na fala de alguns familiares, é estes mesmos não entenderem que não há apenas o universo do ouvinte a qual o surdo deve se adaptar, mas que existe o universo do surdo, onde há linguagem, cultura e percepções próprias. Um dos maiores equívocos na defesa somente de oralização é ignorar a existência desse universo e das limitações que o surdo pode apresentar em relação à oralização.

Esse tipo de postura, além de ressaltar o preconceito – o qual vem com uma roupagem de “inclusão” quando na verdade é a maior expressão de exclusão – impacta diretamente na consciência do surdo, este quando desde sempre é oralizado, estuda em escolas regulares, sendo inserido no universo ouvinte e tendo essa inserção como única alternativa, perde uma parcela de sua identidade, sendo surdo e tendo consciência disso, porém não se percebendo como um indivíduo da comunidade surda.

Como vimos no documentário com a fala de Stephan e sua mãe Salimar, a surdez acaba por ser vista como um problema individual, tratado como uma particularidade e deficiência existente naquele ser humano. Nesses casos o entendimento é que o surdo deve ter o esforço de se adaptar a esse mundo, pois o mundo não está apto para recebê-lo. A problemática que percorre esse pensamento se enquadra na medida em que o surdo não se reconhece como tal, por ter se adaptado aos ouvintes. O que pode resultar em preconceitos embasados em desconhecimento da cultura surda e a forma como a LIBRAS auxilia na construção de uma identidade e de uma comunicação completa (MOURA, 1997).

Não negando a importância das políticas públicas de inclusão social, mas deve-se fomentar o debate acerca de até onde há políticas de inclusão que realmente auxiliam o surdo e quando que estas passam a agir como artifício de normalização e “cura”, perpetuando a sobreposição da oralização e do encaixe ao universo do ouvinte a aceitação do surdo visto como indivíduo pertencente a uma comunidade com linguagem, cultura e identidade próprias (LOPES, 2004).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

O surdo deve ser visto como sujeito de direitos e ter suas particularidades respeitadas, não sendo tratadas como deficiência – já exposto neste artigo as diferenças, e articulando, dessa forma, a inclusão social e não apenas ignorando a identidade do povo surdo para adequá-lo ao mundo ouvinte.

Relações de poder

Quando aponta-se a discussão acerca das relações de poder, não pode-se deixar de colocar que essas relações são inerentes às relações sociais. As relações de poder se dão através de toda e qualquer relação de domínio do mais forte em detrimento do mais fraco – seja na política, na economia e/ou nas relações sociais.

Como visto em Gramsci (apud COUTINHO,1989), sob a ótica da totalidade, o social e o político/econômico estão atrelados, não podendo ser desvinculados. Desta forma conseguimos compreender melhor como surgem as relações de poder.

Seguindo essa perspectiva, entendemos a sociedade como em dois planos: o primeiro, infra-estrutura, representa a base econômica, englobando as relações do homem com a natureza no sentido de manter e gerar os elementos necessários para sua própria existência.

O segundo plano, a superestrutura, apresenta-se como a base político-ideológica, representada pelo Estado e pelos demais aparelhos ideológicos (como as religiões, a ciência, a educação).

Visto isso, temos a superestrutura determinada pela infra-estrutura, onde a base econômica é essencial para corroborar o pensamento da classe dominante em cima do Estado e dos diversos aparelhos ideológicos, garantindo a supremacia da classe dominante.

Em Marx (1863-1866), essas relações básicas de poder da sociedade humana são relações de produção, pautadas pela divisão social do trabalho, onde temos o trabalhador/proletário como a classe dominada – tendo essa reafirmação e alienação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

através dos aparelhos do Estado e dos grupos ideológicos – e o burguês, o patrão, o dono dos meios de produção constitui a classe dominante, a qual se utiliza do Estado e dos aparelhos ideológicos para garantir seu status quo.

Essas relações de poder se concretizam através da constante luta de classes: onde o proletário aspira por melhor remuneração de sua força de trabalho enquanto o burguês detém o capital, indo oposto a esse proletário, explorando sua força de trabalho para gerar maior mais-valia. Essa luta de classes tende sempre para o lado da classe dominante, visto que esta detém o capital e controla a classe dominada diretamente – através da relação patrão x empregado – e indiretamente – por meio da igreja, da escola, dos veículos midiáticos, do Estado.

Relações de poder entre ouvintes e surdos

Levando em conta todos os fatores explicitados até o presente momento neste artigo e tendo em base entendimento do que são relações de poder no sistema capitalista segundo Gramsci e Marx (2004), percebe-se que as relações de poder podem ser estudadas para além da contradição capital x trabalho, ainda levando em conta os conceitos de classe dominante e classe dominada, neste tópico sendo abordado como grupo dominante e grupo dominado.

Desta forma podemos analisar as relações entre os ouvintes e os surdos/a comunidade surda, percebendo a existência de uma relação de poder onde temos os surdos como grupo dominado em função dos ouvintes, o grupo dominante.

Não temos a intenção de exaltar o ouvintismo – termo por Skliar (1999) – em razão da cultura surda neste presente artigo, mas oposto a isso, temos como finalidade analisar as relações de poder existentes e como isso afeta o surdo e a comunidade surda, trazendo reflexos do Congresso de Milão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Skliar quando usa o termo “ouvintismo”, explicita que nesta concepção o surdo é induzido a perceber-se e narrar-se como se fosse ouvinte, vivendo como tal, se comunicando de forma oral, sendo educado em escolas regulares e passando por uma série de instrumentos para “tratar” sua condição biológica, dessa forma o surdo é assistido através de uma ótica antropológica e histórica-social.

O autor reafirma a noção de existência de uma ideologia dominante imposta pela cultura oral, ou seja, o mundo ouvinte, que através do ouvintismo impõe normas e padrões aos surdos, tratando o surdo e sua condição de existência como algo que foge da normalidade, um desvio biológico e patológico presente naquele indivíduo.

A partir desse recorte, pode-se entender que as relações de poder já apresentadas não ocorrem sempre de forma explícita, podendo passar despercebidas por meio de uma roupagem de “inclusão”. A compreensão da surdez como uma incapacidade que necessita de cura leva a uma série de práticas pelo “bem-estar” e pela inclusão do indivíduo surdo. Supondo o que é felicidade e bem estar para o surdo, o mundo ouvinte esforça-se para curar e apresentar formas de superação a surdez, como tratamentos de fala, implantes cocleares e diversos outros dispositivos para assemelhar esse sujeito cada vez mais a “normalidade”ouvinte. Essa imposição a “normalidade” muitas vezes ocorre de forma sutil, confundindo-se com inclusão o que seria uma forma de preconceito e/ou dominação, como explicitado por Silva:

“A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. (...) A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade” (SILVA,2000, p.83).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

A partir dessa concepção de como se dá a normalização e a adequação do sujeito surdo arbitrariamente induzida pelos ouvintes, passa a existir um debate sobre como também tenta-se padronizar o sujeito, como se existisse apenas um modelo de surdo que seria rotulado como normal ou ideal, dessa forma constituindo-se dois debates pertinentes: a padronização de uma comunidade heterogênea em sua totalidade e o incentivo ouvintista de tornar aquele surdo um sujeito oralizado que passa a se perceber e se portar como um ouvinte (LUNARDI; MACHADO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se atentar para o fato de que mesmo que hoje existam movimentos sociais que lutam contra o ouvintismo e para dar visibilidade à cultura surda, ainda é difícil definir ou classificar a comunidade surda como homogênea, visto que dentro dela existem muitas divergências de pensamentos e modos como se deve lidar com a surdez e com a sociedade como um todo, como por exemplo, a diferença de pensamento entre os surdos oralizados e os não oralizados que se comunicam apenas através da linguagem de Sinais, como pode-se perceber no documentário “Travessia do Silêncio”, é comum o surdo oralizado não estar presente na comunidade surda, não se identificando como um membro nem tampouco compartilhando das mesmas questões que envolvem o surdo não oralizado.

A questão pontuada não é que o surdo oralizado não vive as mesmas dificuldades e nem as expressões de preconceito e exclusão do surdo não oralizado, mas sim que este surdo oralizado por muitas vezes não se vê pertencente a esse grupo enquanto um indivíduo que sofre uma relação de dominação, tendo sua existência como condição patológica, e muitas vezes, tão pertencente ao mundo dos ouvintes, reproduz os ideários da cultura oral, concordando com a surdez como uma patologia, um defeito.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

Por fim, tenciona-se ratificar o interesse em incitar um debate acerca das relações de poder entre ouvintes e surdos e em como o ouvintismo atinge o povo surdo.

Não se tem por objetivo aqui esgotar este debate, visto que a finalidade é trazer um recorte e fomentar a discussão, propondo novos olhares sobre o ouvintismo e visando desconstruir a concepção clínico-terapêutica da surdez além da ideia de “cura” e reabilitação desse indivíduo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 10.436 de 22 de abril de 2002. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais, Libras.

BRASIL, Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

HARAZIM, Dorrit. Travessia do silêncio. GNT, 2005. Vídeo 50 min.

COUTINHO, C. N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

LOPES, Maura Corcini, “A natureza Educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos” In THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

LUNARDI, Márcia; MACHADO, Fernanda. Discursos sobre a surdez: problematizando as normalidades. Revista Educação Especial, Santa Maria, n.30, 2007

MARX, Karl. Manuscritos econômicos. São Paulo: Boitempo, 2004 (1844) p.79-90.

_____. O capital. Vols.I 1863-1866.

MOURA, Maria Cecília de. História e Educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In LOPES FILHO, Otacílio de C. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

NAKAGAWA, H. E. I. Congresso de Milão. Disponível em:
<<https://culturasurda.net/congresso-de-milao/>> Acesso em: 14 de maio de 2017.

NAKAGAWA, H. E. I. Deficiente auditivo, surdo, Surdo?. Disponível em:
<<https://culturasurda.net/breve-introducao/>>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

ROCHA, Solange. Histórico do INES. Revista Espaço: edição comemorativa 140 Anos – INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, Belo Horizonte: Editora Littera, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.

SKLIAR, Carlos Bernardo (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em:
<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2017

WIDELL, Joanna. As fases históricas da cultura surda, Revista GELES – Grupo de Estudos Sobre Linguagem, Educação e Surdez nº 6 – Ano 5 UFSC - Rio de Janeiro: Editora Babel, 1992.